

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – Sicoob Credirochas em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2020, o Sicoob Credirochas completou 21 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

Ainda foi possível contratar o crédito automático, que está com juros menores e carência de 120 dias para começar a pagar. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico sicoobes.com.br.

1.1.2 Crédito emergencial

Com recursos próprios, o Sicoob ES criou a campanha Ao Seu Lado, por meio da qual foram renegociadas e prorrogadas dívidas. Além disso, a instituição ampliou recursos para pequenos empresários com o “Crédito Proseguir” e com as linhas Pronampe e Pese.

1.1.3 Crescimento

O Sicoob ES no exercício de 2020, obteve um aumento nos depósitos que cresceram 51,45%, alcançando R\$ 7,1 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,1 bilhões que representa um aumento de 31,42% em relação ao exercício de 2019.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$			Variação
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019		
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	58.742	43.247		35,83
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25.356	17.303		46,54
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	6.717	2.791		140,67
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	21.812	18.309		19,13
Receitas com Ato Não Cooperativo	8.136	6.943		17,18
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	40.194	38.933		3,24
Despesas Tributárias	1.016	850		19,53
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	6.466	7.092		(8,83)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	9.727	17.018		(42,84)
Juros ao Capital	1.714	3.504		(51,08)
Sobras Bruta	26.680	26.564		0,44

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2020:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 19,13%, o resultado da intermediação financeira aumentou 35,83% em relação ao mesmo período de 2019.

Estabilidade na despesa com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais com aumento de somente 3,24% comparado ao mesmo período de 2019.

Ocorreu um aumento de 140,67% na receita de recuperação de prejuízo quando comparado ao exercício de 2019.

A receita com Ato Não Cooperativo aumentou 17,18% em relação ao mesmo período de 2019.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 54,27%, 7,24% maior comparado com o exercício de 2019.

2.2) Dados Patrimoniais

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$			Variação
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019		
Ativos Totais	942.358	686.202		37,33
Centralização Financeira	412.171	304.856		35,20
Carteira de Crédito	514.926	367.453		40,13
Depósitos	711.095	526.612		35,03
Patrimônio Líquido	137.689	114.624		20,12
Patrimônio de Referência (PR)	127.032	105.495		20,42

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2020:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 942.358 mil ao final do exercício de 2020, com crescimento de 37,33% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2020 o saldo de R\$ 412.171 tendo assim um crescimento no mesmo período em 2019 de 35,20%.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da carteira de crédito superou a marca de meio bilhão de reais, atingindo o montante R\$ 514.926 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 40,13% em relação a 31 de dezembro de 2019.

Os depósitos obtiveram um aumento de 35,03% considerando o mesmo período de 2019, atingindo no final do exercício de 2020 o montante de R\$ 711.095 mil e dessa forma passando da marca de 700 milhões de depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 20,12% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 137.689 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	Em Milhares R\$						Valor total	% Total
	31/12/2020			31/12/2019				
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total		
Crédito Rural	14.025	201	14.226	11.956	-	11.956	2.270	18,99
Crédito Comercial	76.835	423.865	500.700	53.079	302.418	355.497	145.203	40,85
Total	90.860	424.066	514.926	65.035	302.418	367.453	147.473	40,13

3) Pessoas

Contávamos com 152 colaboradores no final de dezembro 2020. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 16.419 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em dezembro de 2020, houve uma concentração de 81,46 % nos níveis de risco “AA” a “C”.

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regulamentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancob.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 127 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 56 foram classificadas procedentes e com exceção de 1 demanda, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 15 de janeiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

	Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			942.358	686.202
Circulante			626.931	497.150
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.		420.837	313.071
Disponibilidades	4.a		7.786	8.215
Centralização Financeira - Cooperativas	4.b		412.171	304.856
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.c		880	-
Instrumentos Financeiros			804	188
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1		804	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.3		-	188
Operações de Crédito	6.		194.877	168.807
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			182.369	164.541
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(14.736)	(13.047)
Financiamentos			23.562	13.235
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(772)	(550)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais			4.805	4.928
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais			(351)	(300)
Outros Créditos	7.		4.652	4.273
Créditos por Avals e Fianças Honradas	7.1		1.299	1.375
Rendas a Receber			1.560	1.847
Diversos			2.404	1.313
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	7. a		482	888
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7.1. c		(1.093)	(1.150)
Outros Valores e Bens	8.		5.761	10.811
Outros Valores e Bens			6.843	11.710
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens			(1.378)	(1.236)
Despesas Antecipadas			296	337
Não Circulante			315.427	189.052
Realizável a Longo Prazo			292.353	171.527
Instrumentos Financeiros			8.368	2.924
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1		8.255	2.814
Títulos e Valores Mobiliários	5.3		113	110
Operações de Crédito	6.		279.683	166.987
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			238.898	153.512
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(22.700)	(16.681)
Financiamentos			55.871	24.209
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(1.552)	(625)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais			9.421	7.028
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais			(255)	(456)
Outros Créditos	7.		4.302	1.616
Diversos	7.1		2.644	-
Devedores por Depósitos em Garantia	31.		1.658	1.616
Permanente			23.074	17.525
Investimentos	9.		17.402	13.795
Participação em Cooperativa Central de Crédito			11.631	8.317
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito			5.871	5.478
Imobilizado de Uso	10.		5.604	3.650
Imobilizado de Uso			12.571	10.377
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado			(6.967)	(6.727)
Intangível	10.1		68	80
Ativos Intangíveis			807	800
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis			(739)	(720)
Total do Ativo			942.358	686.202
PASSIVO			804.669	571.578
Circulante			768.408	564.641
Depósitos	11.		711.050	526.345
Depósitos à Vista			200.912	99.470
Depósitos Sob Aviso			824	842
Depósitos à Prazo			509.314	426.033
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11.1.		2.483	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	11.1. a		1.500	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário	11.1. b		983	-
Relações Interfinanceiras	12.		2.049	4.016
Repasse Interfinanceiros			2.049	4.016
Relações Interdependências	13.		22.363	16.911
Recursos em Trânsito de Terceiros			22.363	16.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.1.		15.056	5.543
Empréstimos No País - Outras Instituições			15.056	5.543
Outras Obrigações			15.407	11.826
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.1		4	99
Sociais e Estatutárias	14.2		4.995	3.318
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.3		972	1.023
Diversas	14.4		9.436	7.386
Não Circulante			36.261	6.937
Depósitos	11.		45	267
Depósitos à Prazo			45	267
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11.1.		22.169	1.903
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	11.1. a		9.299	1.903
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	11.1. b		12.870	-
Relações Interfinanceiras	12.		12.524	3.429
Repasse Interfinanceiros			12.524	3.429
Outras Obrigações			1.523	1.338
Diversas	14.4. b		287	158
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	31.		1.236	1.180
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			137.689	114.624
Capital Social	16.a		65.792	61.899
De Domiciliados No País			69.000	62.514
(-) Capital A Realizar			(3.208)	(615)
Reserva de Sobras			61.990	43.634
Sobras ou Perdas Acumuladas			9.907	9.091
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			942.358	686.202

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias	Contingências		
Saldo em 31/12/2018	56.719	(133)	30.712	106	-	4.123	91.527
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	4.105	-	-	-	-	(4.105)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(18)	(18)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	2.702	(482)	-	-	-	-	2.220
Por Devolução (-)	(3.721)	-	-	-	-	-	(3.721)
Reversões de Reservas	-	-	-	(98)	-	-	98
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	26.564	26.564
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(3.504)	(3.504)
Juros ao Capital	3.504	-	-	-	-	-	3.504
IRRF sobre Juros ao Capital	(103)	-	-	-	-	-	(103)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(652)	-	-	-	-	-	(652)
Juros ao Capital - Ex associados	(40)	-	-	-	-	-	(40)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	12.683	-	-	(12.683)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	231	-	(231)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.153)	(1.153)
Saldo em 31/12/2019	62.514	(615)	43.395	239	-	9.091	114.624
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	4.545	(4.545)	-
Ao Capital	4.493	-	-	-	-	(4.493)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(53)	(53)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	4.538	(2.593)	-	-	-	-	1.945
Por Devolução (-)	(3.857)	-	-	-	-	-	(3.857)
Estorno de Capital	(14)	-	-	-	-	-	(14)
Reversões de Reservas	-	-	-	(170)	-	-	170
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	26.680	26.680
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(1.714)	(1.714)
Juros ao Capital	1.714	-	-	-	-	-	1.714
IRRF sobre Juros ao Capital	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(321)	-	-	-	-	-	(321)
Juros ao Capital - Ex associados	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	13.731	-	-	(13.731)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	250	-	(250)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.248)	(1.248)
Saldo em 31/12/2020	69.000	(3.208)	57.126	319	4.545	9.907	137.689
Saldo em 30/06/2019	60.619	(150)	30.712	106	-	11.300	102.587
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.954	(465)	-	-	-	-	1.489
Por Devolução (-)	(2.768)	-	-	-	-	-	(2.768)
Reversões de Reservas	-	-	-	(98)	-	-	98
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	13.481	13.481
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(1.721)	(1.721)
Juros ao Capital	3.504	-	-	-	-	-	3.504
IRRF sobre Juros ao Capital	(103)	-	-	-	-	-	(103)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(652)	-	-	-	-	-	(652)
Juros ao Capital - Ex associados	(40)	-	-	-	-	-	(40)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	12.683	-	-	(12.683)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	231	-	(231)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.153)	(1.153)
Saldo em 31/12/2019	62.514	(615)	43.395	239	-	9.091	114.624
Saldo em 30/06/2020	61.647	(642)	43.395	239	-	20.309	124.948
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	4.545	(4.545)	-
Ao Capital	4.493	-	-	-	-	(4.493)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(53)	(53)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.747	(2.566)	-	-	-	-	1.181
Por Devolução (-)	(2.199)	-	-	-	-	-	(2.199)
Estorno de Capital	(14)	-	-	-	-	-	(14)
Reversões de Reservas	-	-	-	(170)	-	-	170
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	14.392	14.392
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(644)	(644)
Juros ao Capital	1.714	-	-	-	-	-	1.714
IRRF sobre Juros ao Capital	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(321)	-	-	-	-	-	(321)
Juros ao Capital - Ex associados	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	13.731	-	-	(13.731)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	250	-	(250)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.248)	(1.248)
Saldo em 31/12/2020	69.000	(3.208)	57.126	319	4.545	9.907	137.689

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	14.392	26.680	13.481	26.564
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	14.392	26.680	13.481	26.564

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	14.392	26.680	13.481	26.564
Juros ao Capital Recebido	(68)	(68)	(42)	(42)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(1.089)	-	(691)
Participações nos Resultados de Empregados	1.038	1.888	934	1.762
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	13.170	25.356	8.795	17.303
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	740	1.136	26	257
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(34)	142	154	319
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	119	47	9	(3)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado	52	104	2	12
Depreciações e Amortizações	547	1.086	443	834
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	29.956	55.282	23.802	46.315
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.139)	(6.245)	(78)	(1.604)
Títulos e Valores Mobiliários	189	185	613	939
Operações de Crédito	(117.936)	(164.123)	(41.278)	(98.801)
Outros Créditos	(1.872)	(3.066)	657	(819)
Outros Valores e Bens	4.727	4.908	855	3.535
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	54.578	101.442	22.061	24.179
Depósitos sob Aviso	(12)	(18)	(3.638)	(3.837)
Depósitos à Prazo	45.577	83.059	17.257	60.391
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	2.449	8.895	1.904	1.904
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	13.854	13.854	-	-
Relações Interdependências	20.114	5.452	15.578	872
Relações Interfinanceiras	8.347	7.128	(1.568)	(3.487)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.920	9.514	174	3.132
Outras Obrigações	929	1.126	(1.536)	(734)
FATES Sobras Exercício	(1.248)	(1.248)	(1.153)	(1.153)
Imposto de Renda	(261)	(261)	-	-
Contribuição Social	(169)	(169)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	64.003	115.715	33.650	30.832
Atividades de Investimentos				
Recebimento Dividendos	-	387	-	691
Distribuição Sobras da Central	-	702	-	-
Recebimento de Juros ao Capital	68	68	42	42
Aquisição de Intangível	(6)	(16)	(21)	(51)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.330)	(3.117)	(1.176)	(1.897)
Aquisição de investimentos	(68)	(3.606)	(346)	(3.262)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.336)	(5.582)	(1.501)	(4.477)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.181	1.945	1.489	2.220
Devolução de Capital à Cooperados	(2.199)	(3.857)	(2.768)	(3.721)
Estorno/Cancelamento de Capital	(14)	(14)	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(53)	(53)	-	(18)
Juros ao Capital pago	(644)	(1.714)	(1.721)	(3.504)
Subscrição de Juros ao Capital	1.714	1.714	3.504	3.504
Juros ao Capital Conta Corrente	(321)	(321)	(652)	(652)
Juros ao Capital à Ex-associados	(36)	(36)	(40)	(40)
IRRF sobre Juros ao Capital	(31)	(31)	(103)	(103)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(403)	(2.367)	(291)	(2.314)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	61.264	107.766	31.858	24.041
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	359.573	313.071	281.213	289.030
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	420.837	420.837	313.071	313.071
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	61.264	107.766	31.858	24.041

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Sobras ou Perdas

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		43.446	82.980	44.729	86.132
Operações de Crédito	6. h	38.882	73.049	36.349	68.906
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.2	89	198	78	157
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.4	2	6	16	51
Ingressos de Depósitos Interooperativos	4.1	4.473	9.727	8.286	17.018
Dispêndio da Intermediação Financeira		(19.132)	(39.867)	(21.624)	(43.170)
Operações de Captação no Mercado	11. b	(5.597)	(13.798)	(12.381)	(24.965)
Operações de Empréstimos e Repasses	12. 2	(365)	(713)	(448)	(902)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	6. i	(13.170)	(25.356)	(8.795)	(17.303)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		24.314	43.113	23.105	42.962
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(8.148)	(13.344)	(8.594)	(15.421)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19.	5.901	11.009	4.960	9.160
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20.	5.681	10.803	4.921	9.149
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21.				

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/04/1999, filiada à COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIROCHAS possui 15 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, BARRA MANSA - RJ, VOLTA REDONDA - RJ, ATÍLIO VIVÁQUA - ES, RESENDE - RJ, MUQUI - ES, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA – RJ E TERESÓPOLIS - RJ.

O SICOOB CREDIROCHAS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings reafirmou em 03 de novembro de 2020 a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo atingiu a nota F1 (bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/01/2021.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PROPRIETÁRIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida junto ao Sicoob Central ES e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo

de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2020.

x) COVID19 nas Demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 seja de ativos financeiros ou de ativos não financeiros.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	7.786	8.215
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	412.171	304.856
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante (c)	880	-
TOTAL	420.837	313.071

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

4.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.473	9.727	8.286	17.018
TOTAL	4.473	9.727	8.286	17.018

5. Instrumentos Financeiros

5.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante até 90 dias	880	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	804	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros– Não Circulante	8.255	2.814
TOTAL	9.939	2.814

Aplicação de garantia junto ao Bancoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.2 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	89	198	78	157
TOTAL	89	198	78	157

5.3 Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Título De Renda Fixa – Circulante	-	188
Título De Renda Fixa – Não Circulante	113	110
TOTAL	113	298

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

5.4 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	2	6	16	51
TOTAL	2	6	16	51

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020		31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	
Adiantamento a Depositante	340	-	920
Empréstimos	151.012	238.898	273.364

Notas Explicativas

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Títulos Descontados	31.017	-	31.017	43.770
Financiamentos	23.562	55.871	79.433	37.443
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.805	9.421	14.226	11.956
Total das Operações de Crédito	210.736	304.190	514.926	367.453
(-) Provisões para Operações de Crédito	(15.859)	(24.507)	(40.366)	(31.659)
TOTAL	194.877	279.683	474.560	335.794

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	39.749	4	5.689	1.353	46.795	-	31.497	-
A 0,5% Normal	113.522	1.708	15.933	5.100	136.263	(681)	101.318	(507)
B 1% Normal	83.394	1.236	29.198	3.198	117.026	(1.170)	85.346	(853)
B 1% Vencidas	669	13	54	69	805	(8)	959	(10)
C 3% Normal	91.422	2.831	19.331	3.226	116.810	(3.504)	79.811	(2.394)
C 3% Vencidas	1.041	152	545	-	1.738	(52)	1.631	(49)
D 10% Normal	39.725	2.010	6.951	761	49.447	(4.945)	29.910	(2.991)
D 10% Vencidas	1.026	97	110	-	1.233	(123)	3.359	(336)
E 30% Normal	9.044	573	820	124	10.561	(3.168)	5.273	(1.582)
E 30% Vencidas	2.499	168	360	-	3.027	(908)	2.864	(859)
F 50% Normal	5.284	348	282	28	5.942	(2.971)	1.908	(954)
F 50% Vencidas	2.469	198	-	40	2.707	(1.354)	3.780	(1.890)
G 70% Normal	1.913	156	5	78	2.152	(1.506)	653	(457)
G 70% Vencidas	1.324	141	15	-	1.480	(1.036)	1.222	(855)
H 100% Normal	11.303	174	41	249	11.767	(11.767)	7.474	(7.474)
H 100% Vencidas	6.489	585	99	-	7.173	(7.173)	10.448	(10.448)
Total Normal	395.356	9.040	78.250	14.117	496.763	(29.712)	343.190	(17.212)
Total Vencidos	15.517	1.354	1.183	109	18.163	(10.654)	24.263	(14.447)
Total Geral	410.873	10.394	79.433	14.226	514.926	(40.366)	367.453	(31.659)
Provisões	(35.653)	(1.783)	(2.324)	(606)	(40.366)	-	(31.659)	-
Total Líquido	375.220	8.611	77.109	13.620	474.560	-	335.794	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	340	-	-	340
Cheque Especial / Conta Garantida	10.054	-	-	10.054
Empréstimos	37.387	103.571	238.898	379.856
Títulos Descontados	28.981	2.036	-	31.017
Financiamentos	6.523	17.039	55.871	79.433
Financiamentos Rurais	1.754	3.051	9.421	14.226
TOTAL	85.039	125.697	304.190	514.926

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	120.886	12.464	-	133.350	26
Setor Privado - Indústria	50.157	9.659	-	59.816	12
Setor Privado - Serviços	191.284	34.947	-	226.231	44
Pessoa Física	54.508	22.327	14.025	90.860	18
Outros	4.432	36	201	4.669	-
TOTAL	421.267	79.433	14.226	514.926	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	31.659	38.885
Constituições	25.413	17.331
Transferência para prejuízo	(16.708)	(24.557)
TOTAL	40.366	31.659

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	7.333	1%	7.659	2%
10 Maiores Devedores	52.107	9%	49.140	12%
50 Maiores Devedores	134.358	23%	118.609	28%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	54.735	33.306
Valor das operações transferidas no período	16.706	24.557
Valor das operações recuperadas no período	(6.717)	(2.791)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(963)	(337)
TOTAL	63.761	54.735

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	354	853	560	1.091
Rendas de Empréstimos	25.280	49.844	26.060	50.180
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.583	8.490	5.420	10.530
Rendas de Financiamentos	3.362	5.928	1.905	3.309
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	515	998	381	568
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	59	133	25	98
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	30	64	116	299
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	10	21	15	30
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	1	1	1	10
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.688	6.717	1.866	2.791
TOTAL	38.882	73.049	36.349	68.906

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(24.512)	(44.616)	(18.341)	(33.034)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	12.088	20.883	10.313	17.141
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(921)	(1.897)	(944)	(1.776)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	175	274	177	366
TOTAL	(13.170)	(25.356)	(8.795)	(17.303)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Créditos por Avais e Fianças Honrados (I)	1.299	1.375
Rendas a Receber	1.560	1.847
Rendas Serviços arrecadação de convênios	616	554
Rendas da Centralização da Administração Financeira	748	1.199
Outras Rendas a Receber	196	94
Diversos	5.048	1.313

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento e Antecipações salariais	99	106
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	2	-
Adiantamento por conta de Imobilizações	98	3
Devedores Por Compra de Valores e Bens – Curto Prazo (I)	920	22
Devedores Por Compra de Valores e Bens – Longo Prazo (I)	2.644	-
Pagamentos a Ressarcir	585	521
Títulos de Crédito a Receber	633	605
Devedores Diversos - País	67	56
Ativos Fiscais Correntes (a)	482	888
Devedores por Depósitos em Garantia – Longo Prazo (b)	1.658	1.616
(-) Provisões para Outros Créditos (I) (c)	(1.093)	(1.150)
TOTAL	8.954	5.889

(I) Nível de risco Avais e Fianças Honrados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	-	910	910	-	-	-
A 0,5% Normal	-	1.541	1.541	(7)	-	-
B 1% Normal	-	678	678	(7)	-	-
C 3% Normal	-	435	435	(13)	22	(1)
E 30% Normal	81	-	81	(24)	51	(15)
E 30% Vencidas	129	-	129	(39)	137	(41)
F 50% Normal	5	-	5	(3)	2	(1)
F 50% Vencidas	54	-	54	(27)	125	(63)
G 70% Normal	23	-	23	(16)	12	(8)
G 70% Vencidas	167	-	167	(117)	90	(63)
H 100% Normal	36	-	36	(36)	11	(11)
H 100% Vencidas	804	-	804	(804)	947	(947)
Total Normal	145	3.564	3.709	(106)	98	(36)
Total Vencidos	1.154	-	1.154	(987)	1.299	(1.114)
Total Geral	1.299	3.564	4.863	(1.093)	1.397	(1.150)
Provisões	(1.065)	(28)	(1.093)	-	(1.150)	-
Total Líquido	234	3.536	3.770	-	247	-

(a) Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	367	600
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	110	280
ISS – Impostos s/ Serviço	-	3
Cofins a Compensar	4	4
Pis a Compensar	1	1
TOTAL	492	888

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 155 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 836 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 109 mil) e Outros (R\$ 558 mil). Classificados no ativo Não Circulante e mais bem detalhado na nota 31.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (I)	6.825	11.694
Material em Estoque (II)	18	16
(Provisões para Desvalorizações) (III)	(1.378)	(1.236)
Despesas Antecipadas (IV)	296	337
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	253	305
Outras Despesas Antecipadas (b)	43	32
TOTAL	5.761	10.811

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento, consolidação e adjudicação de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(II). Material em estoque para uso administrativo;

(III). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(IV). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, licença de softwares, por exemplo.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central ES (a)	11.531	8.317
Participações Instituição Financeira controlada Cooperativa de Crédito – Bancoob (b)	5.871	5.478
TOTAL	17.402	13.795

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas em 2020 no valor de R\$ 702 mil. Também houve remuneração ao capital com pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 68 mil (Em 31/12/2019 – R\$ 42 mil).

(b) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos no exercício de 2020 de R\$ 387 mil (em 2019 de R\$ 691 mil).

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.326	17	-
Instalações	6.525	5.809	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(4.581)	(4.054)	-
Mobiliários	1.231	1.153	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(571)	(581)	-
Máquinas	72	72	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(35)	(39)	-
Aparelhos de Refrigeração	516	454	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(246)	(208)	-
Equipamentos de Processamento de Dados	2.157	2.026	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(1.108)	(1.369)	-
Alarme	16	15	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(8)	(9)	-

Notas Explicativas

A despesa com amortização em 2020 foi de R\$ 29 mil (Em 2019 – R\$ 57 mil).

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista	200.912	99.470
Depósito Sob Aviso	824	842
Depósito a Prazo – Circulante	509.314	426.033
Depósito a Prazo – Não Circulante	45	267
TOTAL	711.095	526.612

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	26.344	4%	19.594	4%
10 Maiores Depositantes	121.201	16%	99.012	18%
50 Maiores Depositantes	241.225	32%	201.822	38%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(8)	(23)	(47)	(188)
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.917)	(12.579)	(11.936)	(24.023)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(91)	(203)	(9)	(9)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(66)	(66)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(515)	(927)	(389)	(745)
TOTAL	(5.597)	(13.798)	(12.381)	(24.965)

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Circulante	1.500	-
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Não Circulante	9.299	1.903
TOTAL	10.799	1.903

b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário - Circulante	983	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário – Não Circulante	12.870	-
TOTAL	13.853	-

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	201	-	201	109	-	109
Recursos do Bancoob	1.848	2.262	4.110	3.907	3.429	7.336
Recursos do Bancoob - Capital de Giro Livre	-	10.262	10.262	-	-	-
Total	2.049	12.524	14.573	4.016	3.429	7.445

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	11.462	-	5.543
Bancoob - Rotativo	3.594	-	-
TOTAL	15.056	-	5.543

12.2 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

As despesas dessas transações resultaram ao final de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(99)	(196)	(149)	(237)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Bancoob	(39)	(50)	-	-
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(1)	(1)	(3)	(9)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Bancoob	(226)	(466)	(296)	(656)
TOTAL	(365)	(713)	(448)	(902)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	45	9
Ordens de Pagamento (b)	22.290	16.873
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	28	29
TOTAL	22.363	16.911

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito - IOF	4	98
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	-	1
TOTAL	4	99

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nos Lucros (a)	1.785	1.088
Resultado de Atos com Associados (b)	1.248	1.153
Cotas de Capital a Pagar (c)	1.962	1.077
TOTAL	4.995	3.318

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	108	88
Imposto e contribuições s/ salários	517	497
IRRF sobre Aplicações Financeiras	243	275
IRRF sobre Juros ao Capital	31	103
Outros	73	60
TOTAL	972	1.023

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	551	428
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.350	1.977
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.070	1.887
Despesa de Pessoal	1.057	1.070
Aluguéis	168	141
Custodia de Valores e Bens	21	-
Comunicações	18	17
Promoções e Relações Públicas	39	8
Segurança e Vigilância	4	22
Manutenção e Conservação de Bens	2	3
Transporte	39	46
Seguro	26	1
Serviços Gráficos	4	-
Compensado	86	57
Seguros a Recolher	4	3
Seguros Prestamista	298	283
Provisão de Cartões a Pagar	145	122
Outras Despesas Administrativas	134	105
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	25	9
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	2.736	1.600
Credores Diversos - País	2.016	1.652
Pagamento a Processar	752	218
Créditos de Terceiros	80	-
Cooperativa Central	215	173
Valores a Liquidar – Parcela Crédito Consignado	7	4
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	26	18
Taxa de Gravames a Repassar	3	-
Cheques Depositados	201	867
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	93	1
Faturas Sicoobcard a Pagar	1	6
Outros	638	365
TOTAL	9.723	7.544

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por cobrições e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 52.614 mil (R\$ 42.185 mil em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Curto Prazo	2.449	1.442
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Longo Prazo	287	158
TOTAL	2.736	1.600

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIROCHAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	65.792	61.899
Associados	31.099	24.453

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial do FIS	239	106
Constituição	250	231
(-) Utilização FIS	(170)	(98)
Saldo Final FIS	319	239

d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 no montante de R\$ R\$ 4.545 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para constituição do Fundo de Contingência COVID-19 no valor de R\$ 4.545 mil e R\$ 4.493 destinados para aumento do capital social.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	24.966	23.060
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	24.966	23.060
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(13.731)	(12.683)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.248)	(1.153)
Fundo de Investimento Social – 1%	(250)	(231)
Utilização FIS	170	98
Sobra à disposição da Assembleia Geral	9.907	9.091

17. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Segundo Semestre:

Descrição	2º Sem/2020			2º Sem/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	72.547	68.246	4.301	69.060	65.359	3.701

Notas Explicativas

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem/2020			2º Sem/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(37.460)	(36.416)	(1.044)	(37.653)	(36.388)	(1.265)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(20.603)	(19.381)	(1.222)	(19.552)	(18.504)	(1.048)
Resultado Operacional	14.484	12.449	2.035	11.855	10.467	1.388
Receita Não Operacional	1.360	-	1.360	164	-	164
Despesa Não Operacional	(1.665)	-	(1.665)	(259)	-	(259)
Resultado Não Operacional	(305)	-	(305)	(95)	-	(95)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclussões/Adições do Ato Cooperativo	14.179	12.449	1.730	11.760	10.467	1.293
IRPJ/CSLL	(431)	-	(431)	-	-	-
Exclussões/Adições do Ato Cooperativo	-	1.299	(1.299)	-	1.293	(1.293)
Resultado do Período	13.748	13.748	-	11.760	11.760	-

Exercício

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	136.564	128.428	8.136	130.032	123.089	6.943
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(71.950)	(69.797)	(2.153)	(71.135)	(68.957)	(2.178)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(38.447)	(36.156)	(2.291)	(36.622)	(34.666)	(1.956)
Resultado Operacional	26.167	22.475	3.692	22.275	19.466	2.809
Receita Não Operacional	1.452	-	1.452	1.965	-	1.965
Despesa Não Operacional	(2.222)	-	(2.222)	(1.180)	-	(1.180)
Resultado Não Operacional	(770)	-	(770)	785	-	785
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclussões/Adições do Ato Cooperativo	25.397	22.475	2.922	23.060	19.466	3.594
IRPJ/CSLL	(431)	-	(431)	-	-	-
Exclussões/Adições do Ato Cooperativo	-	2.491	(2.491)	-	3.594	(3.594)
Resultado do Período	24.966	24.966	-	23.060	23.060	-

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 1.714 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.731	3.155	1.498	2.817
Rendas Transações Intercréditos	302	564	330	572
Rendas de Cartões	720	1.328	591	1.088
Rendas de Convênios	158	289	144	259
Rendas de Serviços	366	585	183	393
Rendas de Tarifas	470	963	454	826
Comissão com Venda de Consórcios	472	814	359	491
Comissão com Venda de Seguros	1.588	2.976	1.134	2.188
Rendas Recebidas do Bancoob	59	100	68	111
Outras Rendas de Prestação de Serviços	35	235	199	415
TOTAL	5.901	11.009	4.960	9.160

20. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.243	2.412	1.078	2.021
Rendas de Serviços Prioritários - PF	313	582	246	459
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	68	152	62	128
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.057	7.657	3.535	6.541
TOTAL	5.681	10.803	4.921	9.149

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Honorários	(679)	(1.359)	(679)	(1.380)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.293)	(2.496)	(1.572)	(2.760)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.712)	(3.312)	(1.557)	(2.998)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.789)	(9.171)	(4.037)	(7.829)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6)	(8)	(364)	(471)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(37)	(73)	(41)	(84)
TOTAL	(8.516)	(16.419)	(8.250)	(15.522)

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Água Energia e Gás	(193)	(401)	(208)	(450)
Despesas de Aluguéis	(751)	(1.459)	(645)	(1.250)
Despesas de Comunicações	(368)	(762)	(394)	(765)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(99)	(188)	(104)	(246)
Despesas de Material	(143)	(303)	(122)	(236)
Despesas de Processamento de Dados	(1.270)	(2.726)	(1.204)	(2.282)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(384)	(538)	(958)	(1.223)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(543)	(708)	(428)	(668)
Despesas de Publicações	(2)	(6)	(3)	(11)
Despesas de Seguros	(21)	(36)	(16)	(28)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.794)	(3.659)	(1.873)	(3.645)
Despesas de Serviços de Terceiros	(684)	(1.263)	(792)	(1.444)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(540)	(1.077)	(488)	(940)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.112)	(1.695)	(650)	(1.098)
Despesas de Transporte	(312)	(585)	(298)	(581)
Despesas de Viagem no País	(51)	(117)	(179)	(290)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartórios	(235)	(408)	(283)	(580)
Despesas com Impostos e Taxas	(2)	(25)	(25)	(94)
Despesa Fundo Cooperativista	(78)	(146)	(78)	(144)
Despesa com Ações Judiciais	(146)	(156)	(135)	(176)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(850)	(1.696)	(777)	(1.788)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(165)	(322)	(175)	(314)
Despesas de Amortização	(14)	(29)	(13)	(57)
Despesas de Depreciação	(532)	(1.057)	(430)	(777)
Outras Despesas Administrativas	(151)	(288)	(226)	(358)
Total	(10.440)	(19.650)	(10.504)	(19.445)

23. Outros Ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	440	819	500	1.001
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.621	3.445	1.438	2.650
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	224	457	194	359
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	336	619	342	670
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	269	646	362	767
Dividendos recebidos do Bancoob	-	387	-	691
Rendas de Repasse Delcredere	36	81	60	126
Deduções e Abatimentos	3	5	-	1

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	68	68	42	42
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	-	702	-	-
Premiações	8	8	-	-
TOTAL	3.005	7.237	2.938	6.307

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Descontos Concedidos	(385)	(532)	(256)	(423)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(743)	(1.396)	(591)	(1.029)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(15)	(19)	(6)	(13)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-	-	(182)	(359)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	-	(258)	(516)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(1.032)	(1.871)	(787)	(1.506)
Tarifas Recebimento Convênio – CRAS Cartórios	(13)	(34)	(20)	(40)
Perdas Fraudes Interna	-	-	-	(13)
Perdas Fraudes Externas	(12)	(42)	(7)	(7)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(26)	(40)	-	-
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	(17)	(20)	-	-
Estornos de Juros – Outros	(75)	(75)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(42)	(96)	(46)	(60)
TOTAL	(2.360)	(4.125)	(2.153)	(3.966)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

24.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para Passivos Contingentes	(124)	(137)	(24)	(25)
Reversão de Provisão para Contingências	5	90	15	28
TOTAL	(119)	(47)	(9)	3

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

24.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(1.915)	(3.354)	(1.035)	(2.006)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	1.175	2.218	1.009	1.749
TOTAL	(740)	(1.136)	(26)	(257)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

25. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	61	87	26	431
Ganhos de Capital	16	26	95	401
Reversão de Desvalorização de Outros Valores e Bens	1.077	1.131	27	1.117
Outras Rendas não Operacionais	205	207	16	16
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(460)	(529)	(62)	(780)
(-) Perdas de Capital	(103)	(324)	(3)	(35)
(-) Provisões de Desvalorização de Outros Valores e Bens	(1.043)	(1.274)	(181)	(346)
(-) Outras Despesas	(59)	(95)	(14)	(19)
Resultado Líquido	(306)	(771)	(96)	785

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.474	0,37%	6
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.718	0,29%	4
TOTAL	6.192	0,66%	10
Montante das Operações Passivas	42.158	10,52%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5	-	0,15%
Empréstimos	5.034	6	1,33%
Financiamentos	128	1	0,16%
Financiamentos Rurais	13	-	0,04%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	5.073	2,53%	-
Depósitos a Prazo	63.077	12,36%	80% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	60	0,24%	91% a 93% CDI
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1.063	4,31%	88% a 100% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques PF	A partir 1,22% a.m.	A partir 1,22% a.m.
Desconto de Cheques PJ	A partir 0,99% a.m.	A partir 0,99% a.m.
Empréstimo com Garantia Real de Aplicação Financeira	Empréstimo com Garantia Real de Aplicação Financeira	A partir de 1,40% CDI considerando o mínimo de 100% do valor da operação
Aplicações financeiras	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI
Aplicações financeiras – LCA	91% a 93% CDI	91% a 93% CDI
Aplicações financeiras – LCI	88% a 100% CDI	88% a 100% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	20
Conta Garantida	109

Notas Explicativas

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

	31/12/2020
Benefício monetários	
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	77

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PROPRIETÁRIOS DA INDÚSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCÁRIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIROCHAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	424.068	313.776
Centralização Financeira - Cooperativas	412.171	304.856
Títulos e Valores Mobiliários	113	298
Outros Valores e Bens	253	305
Investimentos	11.531	8.317
Passivo	11.878	5.825
Relações Interfinanceiras	201	109
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	11.462	5.543
Outras Obrigações	215	173

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Receita	4.543	9.801	8.344	17.111
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	2	6	16	51
Ingressos de Depósitos Interooperativos	4.473	9.727	8.286	17.018
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	68	68	42	42
Despesa	(1.982)	(3.764)	(1.716)	(3.542)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(100)	(197)	(152)	(248)
Outras Despesas/Despesas Administrativas	(850)	(1.696)	(777)	(1.788)
Outros Despesas/Despesas Operacionais	(1.032)	(1.871)	(787)	(1.506)

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	127.032	105.495
Margem de Compatibilização	66.831	54.891
Índice da Basileia	22,16%	25,02%
Margem de Imobilização	57.911	49.098

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	991	991	981	981
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	109	80	97
Outros	245	558	119	538
TOTAL	1.236	1.658	1.180	1.616

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIROCHAS, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.756 mil.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, 15 de janeiro de 2021

Sebastião Carlos Soares Da Silva

Diretor Executivo

CPF: 342.815.097-04

Eliomar Silva Torres

Diretor Operacional

CPF: 574.683.117-49

Wanderson Vieira da Silveira

Contador CRC nº 016925/O-0-ES

CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – SICOOB CREDIROCHAS

Cachoeiro de Itapemirim/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – SICOOB CREDIROCHAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIROCHAS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 05 de fevereiro de 2021



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/O
CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCÁRIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado em 05 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 26 de fevereiro de 2021.

Jorge Mitsuo Hirata
Coordenador Conselho Fiscal

Atílio Giro Mezadre
Secretário Conselho Fiscal

Elvis Porto Fullin
Conselheiro Fiscal Efetivo